

INSTITUTO SUPERIOR DO LITORAL DO PARANÁ – ISULPAR

MBA Planejamento Governamental Senior

MARCOS LUIZ OTTO

**O PROGRAMA CÂMBIO VERDE – TROCA DO LIXO RECICLÁVEL POR
ALIMENTO E SEUS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO DO JARDIM
GABINETO EM CURITIBA**

**Curitiba
2010**

O PROGRAMA CÂMBIO VERDE – TROCA DO LIXO RECICLÁVEL POR ALIMENTO E SEUS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO DO JARDIM GABINETO EM CURITIBA

Marcos Luiz Otto¹
ORIENTADOR: Paulo Roberto Socher

RESUMO

O programa *Câmbio Verde – Troca do Lixo* é administrado pelas Secretarias Municipais do Meio Ambiente e do Abastecimento e está inserido na política de segurança alimentar e combate à fome, preservação do meio ambiente, transferência de renda, promoção da agricultura familiar e organização de pequenos produtores da região metropolitana de Curitiba. Através de sua operacionalização, facilita o acesso a este alimento à população de baixa renda por meio da troca do lixo reciclável por frutas e verduras de época, em 63 pontos de troca na cidade, distribuídos nos diversos bairros e vilas. Este trabalho irá demonstrar os quais a visão acerca do atendimento do programa, benefícios oferecidos, utilização e preparação dos produtos alimentícios recebidos na troca, outras fontes de aquisição dos produtos.

Palavras-chave: Urbanização; Agenda 21; Segurança Alimentar; Coleta seletiva de lixo; Educação Alimentar; Câmbio Verde; Usuários; Curitiba; Jardim Gabinete.

¹ **Pós graduando do Curso** Master Public Administration. CAEDRHS – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO – ISULPAR.

ABSTRACT

The “Cambio-Verde” Program - Exchange Trash is managed by the Municipal Environment and Supply and is inserted in the policy of food security and hunger, environmental preservation, income transfer, promotion of family farming and organization of small producers metropolitan region of Curitiba. Through its operation, facilitates access to this food to low-income population by exchanging recyclable waste for fruit and vegetables in season, in 63 exchange points in the city, distributed in various districts and villages. This work will demonstrate whom the vision of the attendance of the program benefits offered, use and preparation of food products received in exchange, other sources of acquisition of products.

Keywords: Urbanization; Agenda 21; Food Security; Selective garbage collection; Nutrition Education, Green Exchange, Users, Curitiba; Jardim Gabinete.

1 INTRODUÇÃO

**“O que me incomoda não é como as coisas são,
mas como as pessoas pensam que as coisas são.” Epictetus**

Sempre que deparamos com o pensamento nas ações das políticas públicas que se operacionalizam através de programas voltados para o atendimento de certas necessidades da população, torna-se visível o panorama da crescente urbanização brasileira e suas expressivas transformações decorrentes do novo contexto urbano.

Desde o Brasil colonial, a busca pela exploração dos recursos naturais e dos direitos territoriais, já apontava claramente o processo do crescimento. É claro que não foi um processo muito intenso do Império até a República e, mesmo nas primeiras décadas do século XX, a urbanização era pontuada por poucas cidades e muitas vilas, porém com suas expressivas transformações no contexto urbano já existente, especialmente na região sudeste do país que produziu uma forte cultura urbana que perdura até hoje.

O Censo de 1920 mostrou uma concentração urbana mais diversificada, para além do Rio de Janeiro, e seis capitais já superavam 100 mil habitantes. São Paulo, com apenas 50 mil habitantes em 1890 havia-se tornado uma cidade grande, com mais de 500 mil pessoas.

O Censo de 1940 mostrou as duas grandes metrópoles nacionais – Rio e São Paulo – consolidadas com mais de um milhão de habitantes, além de oito outras capitais regionais superando os 100 mil (MONTE-MÓR, 2001).

Ao final da década de 1970, as condições urbanas gerais de produção industrial e de reprodução coletiva já estavam estendidas muito além dos limites das cidades, surgindo extensão destas para áreas metropolitanas. O êxodo rural determinado pelo rápido avanço da fronteira agrícola e pela mecanização intensiva das lavouras provocou uma inversão na distribuição populacional brasileira. Entre os dois últimos censos (1991 e 2000), as áreas rurais de todas as macro regiões brasileiras perderam população.

O Censo de 2008 mostrou um grau de urbanização de 81,23% para o Brasil, sendo as regiões Sudeste (90,52%); Centro Oeste (86,73%) e Sul (80,94%) as que apresentaram maior grau de urbanização. Sendo assim, percebe-se que há maior concentração populacional nas grandes e médias áreas urbanas, principalmente nos estados mais populosos e desenvolvidos, gerando a proliferação das aglomerações urbanas, desencadeando um novo padrão de domicílios em áreas de “assentamentos subnormais”², transformando as cidades num pesadelo para muitos, uma vez que a demanda por serviços essenciais à qualidade de vida é crescente, se tornando um enorme problema para todos, em especial àqueles que têm que governar e pensar as cidades de forma a resolver estes problemas, considerando o que se tem que atender hoje e levando em consideração o futuro das novas gerações.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, aprovou um documento contendo compromissos para a mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século, denominando-o Agenda 21. A idéia era tornar possível a

² Denominação emprestada às favelas e similares

construção de um plano de ação e de um planejamento participativo em nível global, nacional e local, capaz de permitir, de forma gradual e negociada, o nascimento de um novo paradigma de desenvolvimento (AGENDA 21, 1992).

Os países signatários dos documentos e declarações resultantes das conferências mundiais subseqüentes, realizadas nesta década¹, assumiram o compromisso e o desafio de internalizar, nas políticas públicas de seus países, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a Agenda 21 Brasileira tem na Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional - CPDS² sua estrutura política de encaminhamento do processo de elaboração e de discussão entre governo e sociedade, cabendo ao Ministério do Meio Ambiente sua presidência. A Agenda 21 brasileira propõe, um elenco de diagnósticos e propostas de estratégias e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, que tem como um de seus principais méritos a explicitação de conflitos. Preconiza o documento que o avanço só será possível a partir de novas formas de cooperação e diálogo entre os vários atores sociais na construção da Agenda 21 Brasileira. Os diversos segmentos da sociedade deverão estar unidos, aliados para alcançar eficácia nas ações projetadas. É um processo de co-responsabilidade, de solidariedade, de soma, de integração. Um processo político no sentido amplo, de construção e implantação progressiva do desenvolvimento sustentável, que exigirá maturidade e, também, capacidade de renúncia. Na realidade, trata-se de definir para o país um novo padrão civilizatório neste especial momento em que o mundo experimenta profundas transformações. Nesse contexto, impõe-se a rediscussão do papel do Estado – que já não pode ser o provedor inesgotável de todos os

¹ As principais conferências realizadas pela ONU, na década de 90, foram: Infância em Genebra (1990); Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano no Rio de Janeiro (1992); População e Desenvolvimento no Cairo (1994); Pobreza e Desenvolvimento Social em Copenhague (1995); Assentamentos Humanos Habitat II em Istambul (1996); Mulher em Beijing (1997).

² A CPDS foi criada por Decreto Presidencial de 26/02/97. Sua composição básica é: Ministério do Meio Ambiente (presidência); 5 membros do governo federal: Ministério do Planejamento; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores; Secretaria de Assuntos Estratégicos; Câmara de Políticas Sociais; e 5 membros da sociedade civil assim representados: Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais; Fundação Getúlio Vargas; Fundação Movimento Onda Azul; Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; e Universidade Federal de Minas Gerais (Agenda 21 Brasileira, 2000).

bens e serviços, mas também não pode abrir mão do papel regulador das relações sociais e econômicas, nem deixar de atuar para corrigir as desigualdades e prover as necessidades fundamentais dos setores mais necessitados. Cabe aqui ressaltar o papel do Estado no âmbito do atendimento emergencial nas situações da fome, atuando através de políticas emergenciais de Segurança Alimentar, até porque, estas ações são indispensáveis para o enfrentamento de problemas que não podem esperar as medidas estruturais, as quais devem ser tomadas simultaneamente. Nota-se que as áreas de “assentamentos subnormais” nas grandes cidades, são potenciais para este tipo de atendimento, uma vez que a população residente nestes locais é aquela que tem que sobreviver com uma renda que não atende às suas necessidades básicas. É justamente nestes locais que programas sociais devem atender a população, porém, sem deixar de lado a correlação com questões que permitam a reflexão acerca das estratégias e ações voltadas para as políticas estruturais de desenvolvimento. Referindo-nos ao objeto de estudo, o *programa Câmbio Verde – troca de lixo reciclável por frutas e verduras de época*, o salientamos como um instrumento que possui componentes que permitem transformar situações de vulnerabilidade social e sugerimos possibilidades de intervenção visando o desenvolvimento da comunidade em questão, quando nos referirmos às considerações finais deste trabalho.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR

Segundo a revista CONFEA O termo “Segurança Alimentar” começou a ser utilizado na Europa após o fim da primeira guerra mundial com o significado de segurança nacional, fortalecendo a idéia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos. Este entendimento manteve-se até a década de setenta em que se procurava convencer que o flagelo da fome e da desnutrição desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola. Aproveitando-se deste contexto, as empresas e as indústrias de produtos criaram seu marketing e venderam a idéia de que a adoção de um modelo agrícola

monocultor e o emprego maciço de utilização de insumos químicos resolveria o problema da fome, este processo foi chamado de “Revolução Verde”.

Mesmo com a progressão da produção mundial de alimentos, ainda na década de setenta, os problemas da fome e da desnutrição não desapareceram. É a partir deste contexto que se inicia uma reflexão acerca do conceito de Segurança Alimentar que no início da década de 1990, passa a incluir questões relativas à qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos e suas dietas. Também entram em cena as questões de justiça e relações éticas entre a geração atual e a futura quanto ao uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adotado. Começa-se a perceber que a falta de acesso aos alimentos, seu modo de produção, manipulação e consumo por parte de todos os povos, seria o nó crítico para a reflexão sobre Segurança Alimentar. Isto já se reflete na definição apresentada pela FAO, em 1982, originada da 8ª. Sessão do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, quando afirma que “o objetivo final da segurança alimentar mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo o momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos que necessitam (...)”, ainda que também fazendo clara referência à importância da oferta em quantidade suficiente de alimentos e à sua estabilidade (MENEZES, 1998).

No Brasil, o tema segurança alimentar apareceu tardiamente, através do engajamento de consultores e alguns técnicos do Ministério da Agricultura, em 1986, na elaboração de um documento para uma política de abastecimento. A compreensão destes técnicos era advinda do conceito da própria FAO em seu escritório na América Latina, que enfatizava a auto-suficiência alimentar nacional e também ressaltava a questão do acesso universal aos alimentos. Nesta oportunidade fomentou-se a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), ligado diretamente à Presidência da República. Toda esta ação não teve resultados práticos, porém, serviu de base para a elaboração de uma proposta mais tarde. Ainda em 1986, por ocasião da 1ª. Conferência Nacional da Alimentação e Nutrição, a mesma natureza de propostas surge, dentro da compreensão de que a alimentação é um direito básico. Propõe-se a criação de

um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), vinculado ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), no âmbito do Ministério do Planejamento, ambos com participação de representação da sociedade civil (MENEZES, 1998).

Entretanto, com o governo Collor (1990), houve um retrocesso nas políticas relacionadas à Segurança Alimentar, mas, no âmbito do chamado governo paralelo construiu-se uma política nacional de segurança alimentar, a qual só encontrou apoio no governo de Itamar Franco, em 1993, que criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), o organismo central da execução daquela política, integrado por Ministros de Estado e representantes da sociedade civil. Nesta nova proposta a questão da falta de acesso aos alimentos (insegurança alimentar) ganha destaque e atribui-se a pobreza e ao desemprego as principais causas da fome no país. As políticas públicas passam a ter como meta o crescimento econômico e a regulação dos preços em busca de uma melhor condição de segurança alimentar. Ao lado disso, a descentralização e a diferenciação regional das políticas também se constituem em pontos importantes dessa proposta (MALUF, 1994).

No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995), houve novamente um retrocesso das conquistas até então acerca do eixo estratégico que se alinhavou no país.

Fechou-se o CONSEA, e os setores envolvidos na luta contra a fome e pela segurança alimentar, tiveram que buscar outros caminhos para prosseguir nas suas ações. Todavia, como já se vinha avançando nas discussões sobre Segurança Alimentar no país e por determinação da FAO de que os países que iriam participar da Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, deveriam preparar seu documento para levar à reunião mundial em Roma, bem como, havia técnicos dentro do governo e do próprio programa Comunidade Solidária, extremamente envolvidos com a bandeira de Segurança Alimentar.

O Ministério das Relações Exteriores, então, constituiu um grupo de trabalho para elaborar o documento oficial brasileiro para a Cúpula. Neste

documento, os técnicos e os setores da sociedade envolvidos definiram o conceito de segurança alimentar (MENEZES, 1998, p.9).

Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir a todos acessos a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis. Contribuindo assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Este evento internacional constituiu um marco na conceituação de Segurança Alimentar, incorporando e relacionando as questões de direitos humanos, acesso a alimentos, alimentação segura e saudável, sustentabilidade da produção atual com garantias de preservação para as gerações futuras. A análise deste conceito ainda não se esgotou. Como afirma Menezes (1998), este é um conceito em disputa e construção.

Ao longo de 2001, utilizado como base e instrumento para a campanha do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto “Fome Zero” foi lançado como uma nova proposta de política de Segurança Alimentar. Em seu discurso de posse, o Presidente Lula afirma estar começando uma primeira campanha contra a fome no país, porém, verifica-se a partir da análise histórica dos programas de combate à fome no país que o projeto “Fome Zero” é apenas mais uma reinserção do discurso de pacto social, combate à fome e à miséria, direito à alimentação e segurança alimentar como prioridades da agenda pública brasileira para os quatro anos desta gestão (VASCONCELOS, 2005).

O programa “Fome Zero” é composto por um conjunto de ações que se dizem integradas com o objetivo de erradicação da fome e implementação da política de Segurança Alimentar e nutricional no país. Agrupa três modalidades de intervenção denominadas de políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais.

As políticas estruturais são definidas como aquelas que objetivam atingir a raiz do problema da fome e da pobreza, categorizadas como: geração de emprego e renda; previdência social universal; incentivo à agricultura familiar; intensificação

da reforma agrária; bolsa escola e renda mínima; segurança e qualidade dos alimentos.

As políticas específicas são concebidas como intervenções nutricionais de natureza emergencial, voltadas à diminuição de situações agudas da fome e da miséria, sendo categorizadas nas modalidades: programa cartão-alimentação; alimentos emergenciais; estoques de alimentos de segurança; educação para o consumo alimentar; ampliação do programa de alimentação do trabalhador; combate à desnutrição e ampliação do programa de alimentação escolar.

As políticas locais são definidas como intervenções que visam à integração e adaptação de experiências municipais e/ou estaduais bem sucedidas, sendo categorizadas como: programas para áreas rurais; programas para pequenas e médias cidades e programas para metrópoles. A sua estrutura operacional é administrado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e conta com o caráter consultivo e de assessoria através do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), criado pela Medida Provisória nº. 102 de 1º de janeiro de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº4. 582, de 30 de janeiro de 2003.

Entretanto, observa-se que, no primeiro ano de implantação do programa “Fome Zero”, o clima era mais de euforia e divulgação do que propriamente da execução de ações propostas no seu conteúdo. Gerou-se uma expectativa na população que, inicialmente parece ter ocorrido uma adesão da sociedade civil e de empresários ao programa. Todavia, logo surgiram críticas e especulações pelo fato da demora na implementação e execução das ações propostas, já no primeiro ano foi extinto o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA, e feita à transferência da coordenação do programa “Fome Zero” para outro Ministério.

O que tem-se hoje, diante de tantos processos de descontinuidade e alternância verificada entre os condutores das políticas de alimentação e nutrição, é a vaga esperança de “continuar lutando para que as necessárias medidas estruturais, associadas às emergenciais, sejam colocadas em prática, e esperar que a histórica fome estrutural do povo brasileiro seja definitivamente superada” (VASCONCELOS, 2005, p.453).

2.1 PROGRAMA CÂMBIO VERDE

Conforme já comentado anteriormente neste trabalho, a perdurar o atual modelo de desenvolvimento, o aumento populacional gera maior demanda por serviços, alarga a produção industrial e com isso exige maior incremento na produção de alimentos e bens de consumo e cada vez mais matérias primas são transformadas em produtos acabados, gerando assim, maiores quantidades de resíduos.

A cada segundo toneladas de resíduos são descartadas de alguma forma, no Meio Ambiente causando diversos problemas ambientais. A mudança significativa na composição desses resíduos, com a crescente elevação do percentual de material inerte e diminuição de material orgânico e biodegradável torna mais complexo o desafio de gerenciamento do setor de resíduos sólidos.

A coleta, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos constituem-se em um dos grandes problemas das cidades brasileiras. A ausência de coerentes políticas públicas para a gestão dos resíduos sólidos urbanos no Brasil intensifica e pode ocasionar muito dos graves problemas sanitários e ambientais que afligem o país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000), no Brasil aproximadamente 13 milhões de pessoas residentes em área urbana não são atendidas pelo serviço de coleta de lixo. Principalmente nas grandes cidades, o sistema convencional de coleta não atende adequadamente os moradores de favelas, das ocupações e bairros populares, por conta da precariedade da infra-estrutura viária destas localidades.

Todavia, segundo dados do IBGE, no período de 1989 a 2000, houve uma evolução positiva no quadro brasileiro do manejo de resíduos sólidos. Considerando apenas a área urbana, em 1991, aproximadamente 80% dos domicílios particulares eram atendidos por serviços de coleta de lixo. Até o ano de 2000, houve um acréscimo no atendimento dos serviços de 12%, o percentual de domicílios atendidos sobe para aproximadamente 92%. A massa de lixo coletada no Brasil se ampliou de 100 mil toneladas em 1989 para 149 mil toneladas em

2000 – um crescimento de 40%, enquanto entre 1991 e 2000 a população cresceu 16,43%, passando de 146.825.475 para 169.799.170 habitantes.

O Brasil recicla cerca de 73 % de seu alumínio, de acordo com a Associação Brasileira de Alumínio (ABAL); 37,5 % do papel, de acordo com a Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC); 35,9 % do vidro, de acordo com a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (ABIVIDRO); 18 % do aço, de acordo com o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS); 15 % do plástico, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados (ABIQUIM).

Como outras cidades brasileiras, Curitiba apresentou nas últimas décadas, um intenso processo de urbanização, sendo que, na década de 1970, foi uma das cidades que registrou uma das maiores taxas de crescimento populacional, porém, através de programas e projetos voltados à solução dos problemas urbanos, vem conseguindo minimizar ao longo dos anos, os reflexos desta urbanização acelerada, em especial a implantação e ampliação dos programas de coleta seletiva.

Em Curitiba, a execução da limpeza pública urbana constitui-se num serviço de competência exclusiva do Poder Público Municipal. Dentre as soluções encontradas para os problemas de resíduos sólidos, destaca-se o programa de Coleta Seletiva e Reciclagem do Lixo Doméstico (**Lixo que não é Lixo**), implantado em 1989, através do qual demonstrou-se, com a participação da população, a viabilidade da separação do lixo orgânico do reciclável nas próprias residências e as vantagens econômicas e ecológicas decorrentes da reciclagem e reutilização do lixo. A meta era separar 200 das 700 toneladas recolhidas diariamente em Curitiba na época, sendo 30% compostos de materiais recicláveis. Houve uma campanha através de *outdoors*, jornais, rádio e televisão, com isso, o programa recebeu apoio imediato da população. Uma cartilha, amplamente distribuída, apresentou os personagens da Família Folhas, criados pelo cartunista Ziraldo, símbolo da reciclagem em Curitiba.

O Programa **Câmbio Verde** nasceu em 1991, de uma derivação do *Programa Lixo que não é Lixo* e também do *Programa Compra do Lixo*. Nessa

época houve uma supersafra de repolho na Região Metropolitana de Curitiba e o Poder Público, por meio de parcerias interinstitucionais (SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; SMAB – Secretaria Municipal de Abastecimento; FAS – Fundação de Ação Social; FEPAR – Federação de Produtores do Paraná; APRA – Associação Paranaense de Supermercados e EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), perceberam que poderiam criar uma ação que contribuiria para consolidar a separação do resíduo sólido, bem como, poderiam atender os produtores da região metropolitana diante da demanda da supersafra de repolho apresentada. Tal iniciativa teve por base a troca de lixo reciclável por hortaliças e frutas de época.

Priorizando a população de baixa renda, em locais em que a coleta seletiva ainda não realizava atendimento, o Programa ampliou-se rapidamente, atuando por meio de postos de troca em Indústrias, em Escolas e principalmente nas comunidades mais carentes, auxiliando na ação educativa para o meio ambiente e na melhoria da qualidade da alimentação da população.

Atualmente o programa Câmbio Verde atua basicamente em duas modalidades:

- **Troca do Lixo Reciclável:** que consiste na troca do lixo reciclável por hortifrutigranjeiros. Cada quatro quilos de lixo valem dois quilos de frutas e verduras. Em épocas especiais, a troca é realizada por material escolar, ovos de Páscoa, brinquedos e outros. Existem hoje na cidade de Curitiba, 66 pontos de troca, espalhados pelas vilas e bairros mais distantes, o atendimento é quinzenal, por um período de uma hora, sempre no mesmo endereço e horário. As Organizações Comunitárias participam divulgando e acompanhando o programa assessorado pela Secretaria Municipal do Abastecimento.
- **Compra do Lixo:** que consiste na troca do lixo orgânico por sacolas de frutas e verduras, acrescidas de arroz e ovos. É organizado pelas Organizações Comunitárias que controlam a arrecadação do lixo em sacos próprios de 60 litros, depositados em caçambas, com recolhimento semanal. Cada cinco sacos de lixo (de 40 a 50 quilos, aproximadamente) é

trocado por 10 quilos de alimentos. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente é responsável pela coordenação e acompanhamento desta modalidade, ficando a encargo da Secretaria Municipal do Abastecimento a aquisição dos alimentos.

A compra institucional dos produtos é realizada pela Secretaria Municipal do Abastecimento (SMAB), com verba da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). A aquisição dos produtos é realizada mediante convênio com a Federação de Produtores do Paraná (FEPAR), a qual organiza associações de pequenos produtores rurais da Região Metropolitana de Curitiba e do Estado do Paraná.

Os materiais recicláveis recolhidos na modalidade da troca do lixo são encaminhados à Unidade de Valorização de Rejeitos, a qual está localizada no município de Campo Magro, Região Metropolitana de Curitiba, a noroeste, divisa com a regional de Santa Felicidade. Nesse local os materiais são separados, embalados e destinados às Indústrias recicladoras. O valor recebido com a venda dos materiais é repassado ao Instituto Pró Cidadania (órgão da Ação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba), que realiza atendimento às Entidades Filantrópicas do município.

2.1.1 Objetivos do Programa Câmbio Verde

- Promover uma ação pública de combate à fome para o município de Curitiba, proporcionando a melhoria na qualidade da alimentação da população de baixa renda;
- Sensibilizar para a preservação do meio ambiente;
- Apoiar a transferência de renda dos pequenos produtores;
- Promover a agricultura familiar e a organização de pequenos produtores.

Faz-se necessário salientar que, no âmbito deste trabalho, o foco está voltado para a modalidade *Troca do Lixo*. Esta pesquisa foi realizada em um dos pontos de atendimento da troca do lixo, na comunidade do Jardim Gabinete, Bairro CIC Norte, na regional de Santa Felicidade. E a pesquisa a ser utilizada como referência de análise ocorreu no mesmo ponto de troca do lixo, em dois momentos (2001 e 2006), na cidade de Curitiba.

2.1.2 Histórico do Programa Câmbio Verde

Principalmente durante sua implantação e também por determinado período, o *Programa Câmbio Verde – Troca do Lixo* contou com a realização de ações educativas voltadas para a questão ambiental. Havia em Curitiba, no período entre 1989 e 1994, um movimento de sensibilização a respeito das questões ambientais, o que motivou a população quanto à atividade da separação do lixo reciclável. Em 1991, no dia mundial do Meio Ambiente a Prefeitura Municipal de Curitiba inaugurou a Universidade Livre do Meio Ambiente, unidade da Prefeitura para disseminar práticas, conhecimentos e experiências relacionadas às questões ambientais. Principalmente sobre os problemas e soluções relacionados ao crescimento desordenado das cidades, tornando-se um banco de dados para referência de profissionais que lidam com o meio ambiente. Era o início da chamada “Curitiba – Capital Ecológica” e como missão, coube a Universidade Livre do Meio Ambiente repassar, à comunidade, experiências relacionadas às questões ambientais para criar e consolidar, nos curitibanos – em especial aos formadores de opinião, uma consciência e postura ambientalmente corretas, como forma de aprimoramento da qualidade de vida global.

O programa de separação domiciliar entre o lixo biodegradável e o reciclável, mereceu, em 1991, um prêmio internacional da ONU.

Neste mesmo ano, nasceu o programa Câmbio Verde, uma nova ação ambiental, derivada do programa **Lixo que não é Lixo**. Este teve sua condição de funcionamento por consequência da super safra de repolho que ocorreu na época, realizando a troca de material reciclável pelo produto em questão e, sendo que

mais tarde se incluiu novos tipos de produtos hortifrutigranjeiros. Esse processo recebeu destaque no encontro internacional da 2ª Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro (conhecida como ECO-92). E também pelo forte apelo institucional do governo municipal que contou com o apoio da mídia local para o desenvolvimento de várias ações ligadas à preservação ambiental.

Decorreu daí que diversos órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade acabaram por se engajar nesse processo, o qual pode-se afirmar, trouxe resultados positivos para a cidade. Curitiba ficou reconhecida internacionalmente como uma cidade que possuía um índice de qualidade de vida superável às demais do país, por causa de suas ações voltadas às questões ambientais. E, como já citado anteriormente, denominada como a Capital Ecológica.

Neste contexto, o **programa Câmbio Verde – Troca do Lixo** teve seu foco voltado para a separação do material reciclável, sem que houvesse um olhar técnico para a questão alimentar no sentido da possibilidade de se tornar um instrumento para a realização de ações educativas sobre a importância da alimentação saudável, uma vez que a troca do lixo reciclável é feita basicamente por frutas e verduras. Na verdade, sua implantação ocorreu como uma ação emergencial diante do contexto político da época.

Todavia, nas gestões municipais subsequêntes, período de 1995 a 2003, a Instituição PMC através da SMAB/SMMA mudou o foco da questão ambiental para outros interesses e assuntos, o que levou a certa estagnação na operacionalização do Programa Câmbio Verde, não havendo registro de ações educativas sobre meio ambiente nem tampouco sobre alimentação saudável. Esta última teve apenas um momento, em 2001, com a realização da comemoração dos 10 anos do programa, organizada pela Secretaria Municipal do Abastecimento – Gerência Regional de Santa Felicidade, no ponto do programa na região do Jardim Gabinete, uma ação que envolveu a Associação de Moradores do Jardim Gabinete, a Associação de Moradores do Jardim Vitória, a Associação de Moradores da Vila Esperança, a Escola Municipal local Anita

Gaertner, a Unidade de Saúde local, o grupo do programa Agente Jovem local, da extinta Secretaria Municipal da Criança e contou com o apoio da UnicenP (Centro Universitário Positivo), através do curso de Nutrição. Foi realizada uma concentração destes órgãos, em barracas, os quais trabalharam diversas temáticas ligadas ao programa e, uma delas foi especificamente acerca da alimentação segura e saudável, aplicada pela Secretaria Municipal do Abastecimento – Gerência Regional de Santa Felicidade e Unicenp, através do curso de Nutrição.

Também, em 2001, os técnicos das Gerências Regionais da Secretaria Municipal do Abastecimento coordenado pela Gerência Regional de Santa Felicidade, com o apoio da Gerência de Limpeza Pública e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, realizaram um diagnóstico dos 65 locais de pontos do programa Câmbio Verde – Troca do Lixo, em Curitiba, mapeando estes locais e identificando as características das regiões onde estes se encontravam funcionando, além de realizar uma pesquisa acerca das percepções dos usuários do serviço, a qual sinalizou o interesse comum dos usuários no recebimento do alimento (frutas e verduras).

Este estudo trouxe à tona a trajetória de uma década de funcionamento do programa, e que naquele momento demonstrou a sua estagnação operacional, fazendo com que os técnicos que atuaram no levantamento dos dados, percebessem que algo deveria ser feito para alterar a realidade apresentada. Até porque, ao longo destes dez anos, a cidade mudou, expandindo seu território e novas áreas com cenários de exclusão social surgiram, sem que houvesse também a expansão do programa. Muitos ofícios de solicitação advindos de Lideranças Comunitárias, vereadores e outros chegavam às Secretarias responsáveis. Foi neste momento, que os técnicos envolvidos diagnosticaram diversos problemas quanto a seu funcionamento, como por exemplo, a ausência de indicadores que sustentassem sua permanência em determinado local, bem como, determinasse novas implantações em outros locais.

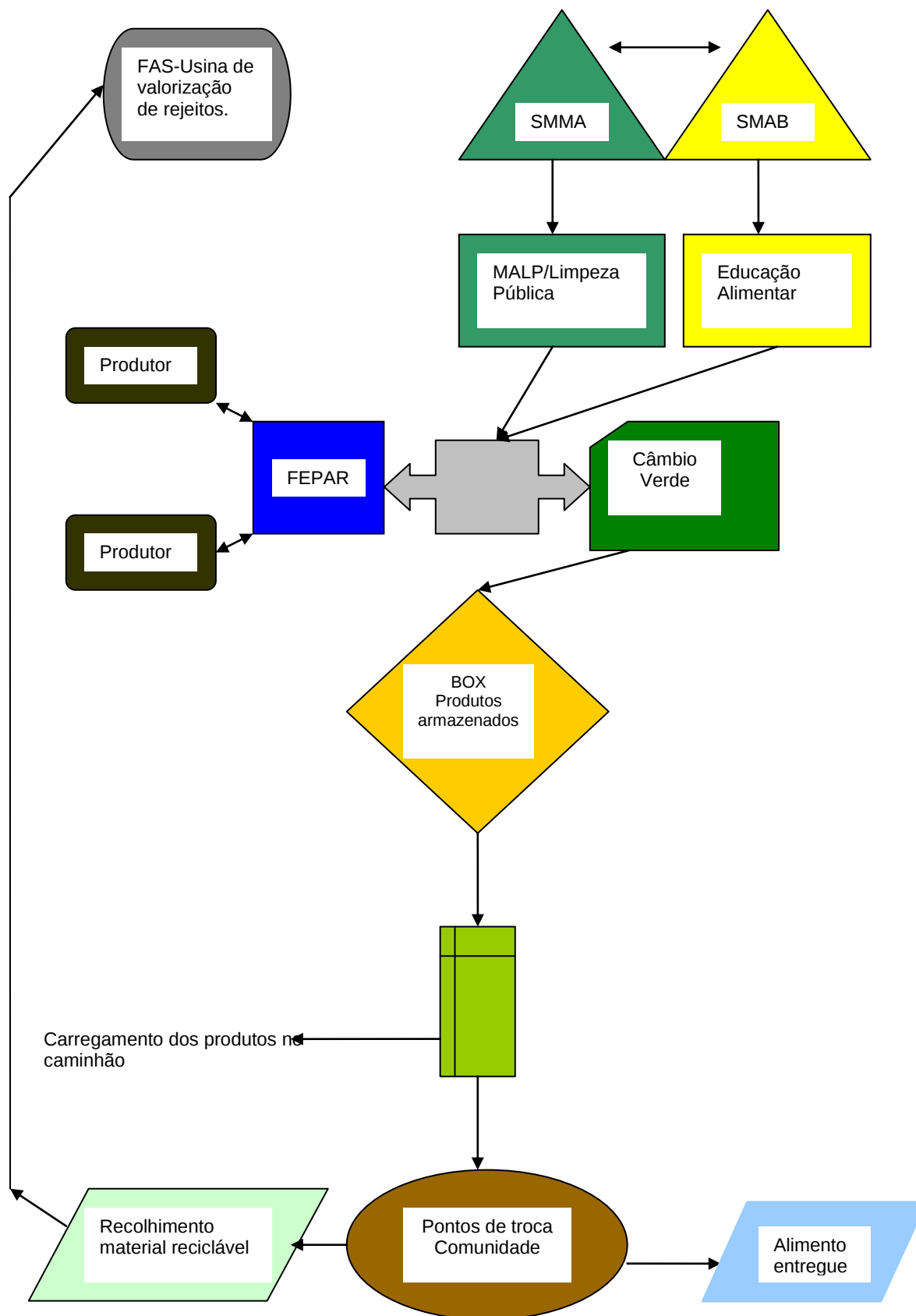
Diante deste contexto, foi então reformulado o documento – Portaria nº0008/2001, que designa a Comissão do programa Câmbio Verde, no qual os

técnicos puderam definir os critérios de funcionamento para o programa ressaltando indicadores de vulnerabilidade social visando o seu funcionamento.

Deste período até o momento, a execução do programa recebeu pequenas doses de alterações importantes, a verba para tal obteve um pequeno acréscimo, novos pontos foram implantados em áreas prioritárias da cidade, como também, houve certo envolvimento de técnicos em elaborar uma proposta de ação que apontasse uma nova forma de concepção, orientação, gerenciamento e implementação de políticas de Segurança Alimentar para o programa Câmbio Verde - Troca do Lixo.

Atualmente, o Programa Câmbio Verde – Troca do Lixo se desenvolve por meio de ações que envolvem a dimensão educativa para preservação do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e de combate à fome e à pobreza. A Secretaria Municipal do Abastecimento, nos últimos anos, através de sua equipe técnica, viabilizou estudos e reflexões acerca da questão de Segurança Alimentar e Nutricional, e, com esse processo percebeu que a ação do programa Troca do Lixo nas comunidades de baixa renda, envolve dimensões voltadas para questões como o desperdício, a geração de renda, a preservação ecológica e o incentivo à organização dos pequenos produtores rurais do entorno do município.

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DO PROGRAMA CÂMBIO VERDE-TROCA DO LIXO



3 METODOLOGIA

3.1 A Região do Jardim Gabinete

Existem barreiras para a estimação da população residente na região do Jardim Gabinete em função do recorte territorial do bairro CIC – Cidade Industrial de Curitiba, como também pela falta de literatura sobre a história da colonização do Jardim Gabinete e demais vilas em seu entorno.

O bairro CIC, considerado o mais recente da cidade, é também um dos mais extensos em território e em demografia populacional. Segundo dados do IBGE – Censo Demográfico 2000, o bairro CIC possui uma população de 157.461 habitantes e renda média mensal dos responsáveis pelos domicílios de 4,23 salários mínimos. Todavia, o bairro CIC era, até 2005, subdividido em três recortes, em que cada um deles pertencia às regionais de Santa Felicidade, Portão e Pinheirinho.

A parte pertencente à Regional Santa Felicidade denomina-se CIC Norte, entretanto, com a implantação da nova Regional da CIC, em 2005, houve novo recorte territorial e a área CIC Norte foi subdividida, ficando apenas uma pequena parte para a administração da regional Santa Felicidade. É justamente nesta pequena parte que se localiza a região do Jardim Gabinete, local onde realizamos nossa pesquisa no ponto do *Programa Câmbio Verde – Troca do Lixo*.

Na busca por informações acerca dos primeiros moradores do Jardim Gabinete foi deparado apenas com a história da colonização da região do bairro Órleans, o qual juntamente com o bairro Riviera, eram áreas onde os poloneses se instalaram em 1872, formando o cinturão verde da cidade, em pequenas chácaras de 6 a 8 alqueires, com casas típicas da velha pátria, criação de animais e cultivo da lavoura. Todos os domingos iam à missa e, para encurtar os 2 km desde a colônia Riviera até a Igreja da colônia Órleans, atravessava-se, por um atalho, o Campo do Piotto, hoje todo urbanizado e habitado, onde se encontra o Jardim Gabinete (Lições Curitibanas, 1995).

Como não foi encontrado na literatura, a história do Jardim Gabinete, contatamos com moradores antigos que pudessem nos repassar algumas

informações. Sendo assim, foi conversado com a Sra. Selma Ropelato Metzger, a qual contou que o Jardim Gabinete surgiu há aproximadamente 40 anos e ela mora na localidade há 33 anos.

Relatou que a área era propriedade de algumas famílias (não lembra o nome, apenas da família Piotto). Esta grande área foi traduzida em um grande loteamento com lotes de 12 metros de frente por 34 metros de fundos, vendidos através de uma imobiliária da época que representava os proprietários.

Foram construídos dois loteamentos: o Conjunto Camponesa e o Jardim Gabinete. Inclusive o nome Jardim Gabinete advém da junção dos sobrenomes destes proprietários. Segundo a Sra. Selma, as primeiras famílias que compraram estes lotes eram trabalhadores operários, de classe média que vieram do bairro Bigorrião, a maioria, descendentes de poloneses. Relembra que de sua casa no loteamento Jardim Gabinete avistava uma vasta área de capão – com muitas árvores e mata.

Conta ela que após 10 a 15 anos, a área se expandiu e surgiram novos loteamentos como o Conjunto Nice, São Leonardo, Jardim Vitória, uma área de ocupação irregular chamada de Jardim Vitória “Equitel” onde residem aproximadamente 400 famílias e recentemente, em torno de mais ou menos 8 anos a área de ocupação irregular chamada Jardim Nova Esperança, com aproximadamente 200 famílias.

Segundo dados levantados junto ao IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, quanto à estimativa da população, densidade e área, a região CIC Norte Jardim Gabinete possui uma população de 14.683 habitantes, 340,54 em área, e densidade demográfica de 43,12 hab/ha., dados absolutos.

Já no documento da Secretaria Municipal de Educação – Resultados do Desempenho da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (Prova Brasil, 2005) – especificamente no que se refere à caracterização da Escola Municipal Anita Gaertner, localizada num ponto central que abrange as vilas Jardim Vitória e Jardim Gabinete, em especial a área mais pobre da região, encontramos

informações relevantes que também puderam delimitar o percentual da população existente na área onde funciona o *programa Câmbio Verde* Jardim Gabinete.

Segundo o documento, no entorno da Escola vivem 7.873 pessoas (5% do total da população do bairro), "... se referindo ao Censo 2008 acerca do bairro CIC como um todo", sendo 30,88% crianças e jovens de 0 a 14 anos; 20,56% pessoas com idade entre 15 e 24 anos; 43,19% adultos com idade entre 25 e 59 anos; e 5,37% pessoas com 60 anos ou mais de idade.

O documento avalia que aproximadamente 36% dos domicílios do entorno estão localizados em aglomerados subnormais (favelas e assemelhados); 98,84% possuem abastecimento adequado de água; 99,71% coleta adequada de lixo e 79,45% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgoto ou à fossa séptica.

Considerando que a pobreza e a miséria estão intimamente ligadas a histórica trajetória da fome estrutural do povo brasileiro, a renda salarial torna-se um indicador que caracteriza, mesmo subjetivamente, o grau da fome ou da falta de acesso à alimentação. Segundo o documento analisado, mais de 60% do total dos responsáveis pelos domicílios têm rendimento mensal de até 3 salários mínimos (incluídos neste percentual os sem rendimento, que perfazem 10,13% do total).

Tanto os dados coletados junto ao IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, quanto aos dados coletados via documento Prova Brasil, referentes à região que nos interessa, embora o primeiro represente o levantamento de toda a área que abrange o atual CIC Norte pertencente à Regional Santa Felicidade atualmente e o outro delimitado à área do entorno da Escola Municipal, ambos serviram de base para termos uma leitura da característica da população que trabalhamos através dos programas sociais existentes na região, em especial, àquela que se utiliza no programa **Câmbio Verde – Troca do Lixo**.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, sabe-se que não há tradição, por parte da Administração Pública, em avaliar programas públicos, em geral, e programas sociais, em particular. Durante anos, a produção de conhecimento técnico na busca da melhoria dos padrões de gerenciamento do setor público esteve muito mais voltada para os processos de formulação de programas do que para aqueles relacionados à sua implementação e avaliação. Durante quatorze anos de atuação na Instituição Pública, raros foram os momentos em que foi presenciado a execução de processos de avaliação de programas. Nesse período qual, observa-se a iniciativa, por diferentes gestões administrativas, de se criar novos programas sem avaliar o funcionamento dos programas já existentes.

Mas, segundo os autores Costa e Castanhar (2002), esse desinteresse parece ter diminuindo em função da crise dos anos oitenta: a crise da dívida externa e a interrupção de um longo ciclo de crescimento econômico, que aprofundaram as desigualdades sociais presente na realidade. E, na continuidade, as reformas estruturais dos anos noventa: abertura comercial e integração; novas políticas de reforma do Estado; desestatização, entre outras, aumentaram o desemprego e reduziram os salários reais, provocando o crescimento da demanda por ações e serviços sociais, especialmente os de natureza compensatória.

O que se pode observar, neste sentido, é o grande desafio para a disseminação da prática da avaliação de programas no setor público, tendo em vista a dificuldade de utilização metodológica que forneça informações úteis para a avaliação sobre os efeitos dos programas e não apenas sobre os aspectos da produção de tais programas (alcance de metas, ou objetivos).

No que tange à operacionalização do programa **Câmbio Verde – Troca do Lixo**, os efeitos da atividade de troca de lixo reciclável por alimento, podem representar algum tipo de resultado benéfico ou não para aqueles que o utilizam. Para saber se este efeito existe e é positivo coletivamente, devemos avaliar tais ações de forma que captemos questões resultantes das condições de vida e bem estar das pessoas e, conseqüentemente se for necessário propor intervenções

estruturais para o desenvolvimento destas populações que se encontram vulneráveis social e economicamente.

Analisando os resultados desse trabalho, percebem-se algumas questões fundamentais que podem embasar objetivos para o desenvolvimento de ações educativas nas questões de alimentação e meio ambiente.

Ressalta-se que foi possível verificar que atualmente as pessoas estão trazendo o lixo para trocar no programa de suas próprias residências, um sinal para verificar se elas estão produzindo mais ou coletando material desta natureza.

Salientou-se o desconhecimento dos entrevistados quanto ao destino e a utilização do lixo reciclável, informação esta importante para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental.

Outro fato interessante que surgiu na pesquisa de 2009 foi a constatação do aproveitamento integral do alimento, a utilização das cascas de certos produtos alimentares trocados no programa.

Também foi possível considerar que a preferência das pessoas em trocar o lixo reciclável no programa, pode representar a baixa do poder aquisitivo desta comunidade.

Este trabalho proporcionou uma leitura interessante acerca do funcionamento do programa e, diante dessa nova visão, sugere-se uma proposta de revitalização do programa *Câmbio Verde – Troca do lixo*, a qual foi embasada no PES – Planejamento Estratégico Situacional em um momento que olhamos para a operacionalização do referido programa com uma visão analítica de sua versão atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 BRASILEIRA BASES PARA DISCUSSÃO. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br/agenda21bras./agendabras.htm. Acesso em nov. 2009.

BOOG, M.C.F. **Educação Nutricional:** passado, presente, futuro. Revista de nutrição PUCCAMP, Campinas, jan./jun. 1997.

IBGE. **CENSO 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2009.

COSTA, F.L. & CASTANHAR, J.C. **Avaliação de Programas Públicos:** desafios conceituais e metodológicos. Portugal, Out. 2002.

CONFEA. **Revista Confea.** Disponível em: www.confea.org.br/revista. Acesso em: nov. 2009.

CÚPULA 1996 FAO. Cúpula Mundial da Alimentação celebrada em Roma 1996. Declaración de Roma sobre la Seguridad Alimentaria Mundial Y Plan de Acción de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación. Disponível em: http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/DOCREP/003/W3613S/W3613S00.HTM. Acesso em nov.2009.

CURITIBA EM DADOS. **Pesquisa.**Disponível em: <http://ippucnet.ippuc.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2009.

CURITIBA EM DADOS.**Informando.Temáticos/Adm Regionais** Disponível em: <http://www.ippuc.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2009.

CURITIBA EM DADOS. **Informando. Temáticos/Regional Santa Felicidade** Disponível em: <http://www.ippuc.org.br>. Acesso em : 10 nov. 2009.

CURITIBA EM DADOS.**Informando/Mapas.** Disponível em: www.ippuc.org.br. Acesso em: 10 nov. 2009.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Ambiental. O Destino do Lixo.** Disponível em: www.pucpr.comunidade/ambiental.html. Acesso em: 10 nov. 2009.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**Ambiental.Separação do Lixo.** Disponível em: <http://www.pucpr.br/comunidade/ambiental/separação.html>. Acesso em: 10 nov. 2009.

FAO 2004. DIRETRIZES VOLUNTÁRIAS PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO Roma, 23 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/diretrizesvoluntarias.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2004. Disponível em: <http://www.fbsan.org.br/conferencia.htm>. Acesso em: 15 out. 2009.

IPPUC. Estimativa de População e Densidade e Área das Administrações Regionais e Respetivos Bairros, Curitiba – 2009.

Lições Curitibanas: 3ª série/ Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Municipal da Educação. – Curitiba: PMC/SME, 1994-1995. 2º v. il. color.

LIXO NO BRASIL. Disponível em: http://www.ufv.br/Pcd/Reciclar/lixo_Brasil.htm. Acesso em junho.2009.

MALUF, R. & MARQUES, S. & MENEZES, F. **Caderno de propostas de Segurança Alimentar.** Rio de Janeiro:IBASE, 2001.

MALUF, R. **Ações Públicas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional: Diretrizes para uma Política Municipal.** São Paulo: Instituto PÒLIS, 1999.

MENEZES, F. **Segurança Alimentar:** um conceito em disputa e construção. Rio de Janeiro:IBASE, 1999.

MONTE MÓR, R.L.M. **Urbanização Extensiva e novas fronteiras urbanas no Brasil.** In: Elias Rassi Neto; Cláudia M.Bógus. (Org.). 2001.

PROGRAMA FOME ZERO DO GOVERNO FEDERAL BRASILIA 2006. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/conferencia/noticias>. Acesso em junho.2009.

PROVA BRASIL 2005. Resultados do Desempenho da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Secretaria Municipal de Educação. 2005.

UCHIMURA, K.I. & BOSI, M.L.M. **Programas de comercialização de alimentos:** uma análise das modalidades de intervenção em interface com a cidadania. Revista de Nutrição, Campinas, out./dez.2003.

VALENTE, F.L.S. **Algumas perguntas não respondidas sobre segurança Alimentar.** Rio de Janeiro:IBASE, 2000.

VALENTE, F.L.S. **Do Combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o direito à alimentação adequada.** Revista de Nutrição da PUCCAMP, Campinas, jan./jun.1997.

VASCONCELOS, F.A.G. **Combate à fome no Brasil:** uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição, Campinas, jul./ago. 2005.